

IMPORTÂNCIA DO CAPITAL EXTERNO NO DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL PARANAENSE NO PERÍODO DE 1971-1993

Orlando Cesar Devai*

Resumo: Este trabalho verifica a importância do Investimento Direto Externo (IDE) no processo de desenvolvimento da Economia Paranaense. Para isso é utilizada as metodologias utilizadas por Castro (1979) e Possas (1983) que consideram tanto a origem como o destino dos investimentos e os cenários econômicos, e de Curado e Cruz (2008 e 2012), que fragmentam os períodos de estudo com base nas peculiaridades históricas e econômicas. O período escolhido vai de 1971 a 1993. Neste intervalo ocorrem importantes transformações na economia paranaense. O estudo conclui que o IDE, atraído através da implantação de Políticas Públicas Estaduais e Municipais, viabilizadas por uma conjuntura internacional e nacional favorável foi decisivo no desenvolvimento econômico e na formação industrial do Estado.

Palavras chave: Investimento Externo Direto. Desenvolvimento Econômico. Paraná.

IMPORTANCE OF FOREIGN CAPITAL IN DEVELOPMENT INDUSTRIAL PARANAENSE IN THE PERIOD 1971-1993

Abstract: This work verifies the importance of Foreign Direct Investment (FDI) in the development process of the state economy. For that is used methodologies used by Castro (1979) and Possas (1983) who consider both the origin and the destination of investment and economic scenarios, and Curado and Cruz (2008 and 2012), which fragment the periods of study with based on historical and economic peculiarities. The period chosen'll 1971-1993. Meanwhile important changes occur in the state economy. The study concludes that FDI attracted by implanting State and Local Public Policies, made possible by a favorable international and national situation was decisive in economic development and industrial training in the state.

Keywords: Foreign Direct Investment. Economic Development. Paraná.

INTRODUÇÃO

Os Investimentos Externos Diretos (IDE) tem sido objeto de estudo no Brasil desde o final dos anos 70, sendo empregado para isso várias metodologias e enfoques. Inicialmente é pesquisado os principais trabalhos sobre IDE realizados no Brasil, suas contribuições e metodologia de pesquisa, no qual se origina a própria metodologia ora utilizada. Na verificação bibliográfica não é observado pesquisas sobre investimentos voltados para estados brasileiros separadamente. Uma das dificuldades encontradas é a ausência de dados fragmentados por unidades da federação. Este artigo inova neste quesito ao buscar entender como se deu e quais as contribuições do Investimento Externo Direto (IDE) no processo de desenvolvimento da Economia Paranaense utilizando para isso a história do estado.

* Doutorando em Desenvolvimento Econômico pela UFPR e Economista da Pró-Reitoria de Planejamento e Orçamento da Universidade Federal do Paraná.

No desenvolvimento do artigo é considerado, o contexto interno e externo em que se dão os investimentos, incluindo agora no estudo o cenário nacional como contexto onde se insere o estado. Seguindo a metodologia de divisão histórica em períodos, pode-se observar três momentos distintos onde se dão os investimentos externos diretos no Paraná. O primeiro de 1906 a 1970, o segundo de 1971 a 1993 e o terceiro de 1994 a 2013. O texto se dedica à pesquisa e aprofundamento em relação ao fluxo de IDE ocorrido no segundo período, quando ocorre um forte fluxo no sentido da industrialização do estado. Esta industrialização se dá sob forte influência de Políticas Públicas, em uma ação planejada em nível municipal na Cidade de Curitiba, com apoio do governo do Estado, sob o contexto nacional e internacional favorável. Apesar de se reduzirem no final do período, os investimentos externos são responsáveis por uma profunda reestruturação econômica e produtiva no Estado.

2. PESQUISAS SOBRE IDE NO BRASIL

O tema Investimento Direto Externo em direção ao Brasil tem sido investigado por vários pesquisadores ao longo dos anos. Vários trabalhos se destacam como: Castro (1979) que estuda as empresas estrangeiras no Brasil no período de 1860 a 1913; Possas (1983), no estudo das multinacionais e seu impacto na industrialização do Brasil. Fristch e Franco (1989) na demonstração da importância do tratamento ao capital estrangeiro enquanto um componente relevante de uma estratégia de desenvolvimento econômico. Bilschowsky (1992) no destaque do potencial de crescimento futuro do mercado brasileiro como fator essencial para entender a permanência dos interesses estrangeiros no país. Gonçalves (1993) na análise das estratégias das Empresas Multinacionais ao longo dos anos 80 no Brasil. Suzigan e Szmrecsányi (1994) no estudo dos investimentos estrangeiros no início do processo de industrialização do Brasil. Cunha (1995) na análise o padrão de inserção do IDE no Brasil nos anos de 1980 e início dos anos 90. Sarti e Laplane (1997), no estudo dos investimentos diretos estrangeiros e seu impacto na balança comercial nos anos 90 e o comportamento do IDE no processo de internacionalização da economia brasileira nos anos 90, comparando com o que ocorreu em outras economias como a do México, Coréia do Sul e China. Franco (1998), na pesquisa do comportamento do IDE no período de alta inflação. Cario, Alexandre e Voidila (2002) na pesquisa do alcance e das conseqüências do IDE na década de 1990. Nonnenberg (2003) na análise comparativa das décadas de 1970 a 1990; Mattos, Cassuce e Campos (2007) que através da utilização de instrumental econométrico verifica do comportamento do IDE no período de 1980 a 2004, onde constata que as variáveis mais importantes para o recebimento do IDE são o grau de abertura da economia e a taxa de inflação. Curado e Cruz (2008 e 2012) analisa também o fluxo de IDE ao Brasil a partir dos diferentes períodos em que passou a economia Brasileira.

3. METODOLOGIA DE PESQUISA E PERIODIZAÇÃO

Este artigo adota a metodologia iniciada por Castro (1979) e Possas (1983) e resgatada por Curado e Cruz (2008 e 2012), onde é pesquisado tanto o cenário internacional, quanto o cenário nacional. A análise tanto da origem quanto do destino dos investimentos permite o entendimento dos determinantes internos e externos do investimento, estabelecendo assim uma conexão peculiar entre os dois atores, melhorando o entendimento.

Para Possas (1983) ao se estudar,

tanto em relação à origem quanto ao setor de destino do investimento direto estrangeiro no Brasil, é importante levar em conta ao mesmo tempo as condições internas e os determinantes externos, assim como os vínculos entre eles.

Essa visão distingue-se de outras, mais comuns, que focalizam o investimento estrangeiro, seja num contexto de modernização do país receptor, seja sob a perspectiva limitada de rentabilidade dos negócios e remessa de lucros. A conexão peculiar entre os determinantes internos e externos seria assim responsável pelas características assumidas pelo investimento direto estrangeiro em cada período considerado (Possas, 1983, p 9).

Segundo, Curado e Cruz (2012), que utiliza a mesma metodologia em seus artigos:

A idéia central dos autores mostra que os movimentos do capital produtivo para a economia brasileira refletem, em grande medida, as condições internas e externas de acumulação de capital. Em síntese, argumenta-se que a compreensão dos movimentos do capital produtivo em nível internacional deve levar em consideração as condições históricas concretas, tanto no plano doméstico, quanto no plano externo. (CURADO E CRUZ, 2012, p.277).

Como exposto na introdução, nenhum dos estudos anteriores verificados realiza pesquisa a partir de um estado da federação em particular. Este recorte se demonstra complicado, devido à ausência de um banco de dados ou informações sistematizadas sobre as relações dos estados com o capital internacional, motivo que tem afastado os pesquisadores.

A forma de pesquisa utilizada neste artigo considera a metodologia de Castro (1979) e Possas (1983) na interação de origem e destino do capital, de Curado e Cruz (2008 e 2012) na divisão de períodos econômicos dado suas peculiaridades. Este trabalho inova metodologicamente ao estudar a participação de um estado em separado, e para isso verifica sua história e seu contexto de inserção nacional e internacional.

A análise do IDE na economia paranaense pode ser dividida em três períodos distintos: de 1906 a 1970, de 1971 a 1993 e 1994 até os dias atuais. O período de 1906 a 1970 é caracterizado por investimentos ingleses e norte americanos, pela colonização do estado e pela formação de uma economia primário exportadora. Dois grandes investimentos se destacam neste período. O primeiro deles realizados pelo mega investidor Percival Farquhar, que captava recursos tanto nos EUA quanto na Europa para realização de seus projetos de investimento. Sua principal empresa no Paraná foi a Brazil Railway Company criada com o objetivo de concluir a construção da ferrovia entre Itararé em São Paulo, atravessando todo o estado Paraná, indo até Marcelino Ramos no Rio Grande do Sul. Sua motivação além da exploração da linha férrea estava na permissão de exploração madeireira nos 1.700.268 hectares de terras cedidos à detentora da ferrovia, além da comercialização das terras. Para isso foi criado de imediato duas subsidiárias a “Southern Brazil Lumber & Colonization Company” e a “Brazil Development & Colonization Company”, objetivando a retirada e processamento da madeira, além da extração da erva mate, de forma auxiliar, dado sua produção nativa nas áreas. Este complexo empresarial foi dominado pela corrupção, e sofreu redução das disponibilidades externas devido a primeira guerra mundial, indo à falência em 1917.

Neste período é observado ainda os investimentos da “Brazil Tokushouku Kaisha” e a “Nambei Tochikubushiri”, tendo como origem o capital japonês. Estes investimentos, no entanto são de dimensões relativamente modestas, voltadas para a colonização e a plantação do algodão. Em seguida, e semelhante a estes, mas em escala muito maior tem-se os investimentos da Brazil Plantations Syndicate Ltd, realizadas a partir do capital inglês, inicialmente sob pretensões do plantio de algodão, mas se transformando em uma empresa de colonização, chegando a adquirir entre 1925 e 1928 mais de 515 mil alqueires, correspondendo a 1/16 da área total do estado, e se transformando posteriormente na Companhia de Terras Norte do Paraná. Este grupo também investiu em ferrovias, objetivando a valorização das terras. Dos investimentos surgiram nada menos que 110 núcleos urbanos, na grande maioria transformados em cidades, dentre elas Londrina (1930), Paranaíba (1942) Maringá em 1947, Cianorte em 1953, e Umuarama em 1955 (PADIS, 1981). Como no caso anterior, agora sob pressão da segunda guerra mundial os ingleses se obri-

garam a retirar seus investimentos, colocando à venda entre as demais companhias a Companhia de Terras Norte do Paraná, sendo esta adquirida por um grupo de financistas brasileiros.

O crescimento populacional no Paraná foi significativo até os anos 60, fruto dos processos de colonização no período. As políticas públicas se concentraram na resolução dos problemas sociais decorrentes do forte aumento populacional, como na criação de infra-estrutura rodoviária e elétrica. Neste período, a industrialização pesada já se desenvolvia no Brasil, tendo como eixo dinâmico do paradigma metal-mecânico, sob a predominância dos Investimentos Diretos Externos (1955 a 1980).

O Paraná sente necessidade de planejamento não só para construção de sua infra-estrutura, mas para atração de indústrias. Visando este objetivo é criada a Companhia de Desenvolvimento Econômico do Paraná - COPDEPAR em 1962. Seu desenvolvimento inicial se dá influenciado pela corrente desenvolvimentista já dominante no Brasil. O modelo seguido pelo Paraná copia o viés nacionalista, buscando o desenvolvimento do estado via pequena e média empresa de capital estadual. Este planejamento é abortado pelo governo militar pós 1964. A partir das intervenções federais no estado surge uma nova estrutura força da classe dominante, que altera as estratégias de industrialização. Chega-se a conclusão que o estado não se desenvolveria industrialmente somente com o capital local ou nacional, abrindo as portas ao capital internacional, agora inserido em um projeto de desenvolvimento nacional, não mais imitativo ou concorrente com São Paulo, maior pólo dinâmico industrial. O Projeto de desenvolvimento industrial do Paraná se daria de forma complementar ou como extensão da indústria paulista. (AUGUSTO, 1978).

É dentro deste contexto que os investimentos externos no Paraná se fizeram presentes novamente de forma relevante no início dos anos 70. Podemos denominar a década de 70 como início de um segundo período de Investimentos Diretos Externos no Paraná, caracterizado pelo surgimento da Cidade Industrial de Curitiba.

4. CONTEXTO NACIONAL, INTERNACIONAL E OS PLANOS DE DESENVOLVIMENTO

No cenário Nacional o período de 1971 a 1993 é marcado por cinco planos Nacionais de Desenvolvimento: Plano de Metas e Bases para a Ação do Governo (1970-1972); I Plano Nacional de Desenvolvimento (I PND) 1972-1974; II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND) 1975-1979; III Plano Nacional de Desenvolvimento (III PND) 1980-1985; I PND da Nova República (1985-1989).

Com a morte do Presidente Costa e Silva uma junta de militares assumiu o poder mantendo o compromisso com o projeto de transformação da economia brasileira, com a elaboração um novo documento que resultaria no Plano de Metas e Bases para Ação do Governo, que vigoraria de 1970 a 1972. (REZENDE, 2010)

O período de 1972 a 1974 conta com o I Plano Nacional de Desenvolvimento (I PND). Ele preservou as diretrizes e as linhas gerais dos programas que vinham seguindo deste a década de 60. Este foi o primeiro plano feito sob o Ato Complementar 43 de 1969, que obrigava a elaboração de planos nacionais de desenvolvimento com a duração igual ao mandato presidencial, sendo submetido à aprovação do Congresso Nacional. Este plano foi formulado com o objetivo de ingressar o Brasil no mundo desenvolvido até o final do século, assegurando a viabilidade econômica, social e política do país como potência, com uma sociedade efetivamente desenvolvida e soberana. (REZENDE, 2010)

Os objetivos básicos do I PND a serem perseguidos eram: a) promoção do desenvolvimento econômico; b) expansão do emprego; c) continuidade dos esforços antiinflacionários; d) equilíbrio da balança de pagamento; e) repartição da renda nacional; f) correção gradual dos desequilíbrios regionais e setoriais; g) continuidade das reformas econômicas, políticas e sociais; e h) manutenção da segurança nacional. Os objetivos do I PND foram mantidos no II PND (1975-79). Este programa “atingiu o auge de influência na implementação das políticas de desenvolvimento econômico e social” (REZENDE, 2010, p. 7). Apesar da primeira crise do petróleo o governo

dispunha de capacidade de investimento, reforçada por recursos externos. Os investimentos dependiam basicamente da capacidade gerencial do governo federal. (REZENDE, 2010)

Os investimentos externos se articulavam com os investimentos globais. De 1968 a 1973 os investimentos se deram devido a um aumento da demanda interna, impulsionada pelo Estado, na medida em que se elevou a renda da classe média e ampliou o montante de financiamento à disposição dos consumidores. De 1973 a 1980 os investimentos se deram mais pelo setor privado, decorrente de demanda originada pelas estatais e pelos incentivos concedidos aos setores industriais. Este processo de estímulo foi feito de forma mais seletiva, com articulação mais próxima dos investimentos públicos e privados, além de ações destinadas a atrair diretamente sócios estrangeiros para setores determinados. “Apesar de o período 1968-1973 apresentar maiores taxas de crescimento do produto do que o período seguinte, é no segundo que os investimentos estrangeiros crescem de forma mais espetacular, como já mencionado.” (NONNENBERG, 2003, p. 4)

Dado esta observação, verificamos que não foi o ritmo de crescimento que determinou a magnitude na realização dos investimentos das EMNs. O principal fator de atração de investimentos a partir de 1974 pode ser atribuído ao regime de crescimento adotado, que levou a um aumento dos investimentos nos setores que já contavam com forte predominância do capital externo. As vantagens compensatórias de setores ou empresas também se constituiu em importantes determinantes do Investimento Externo. Conforme destaca Nonnenberg (2003), até o II PND, a política adotada para atração do IDE é genérica, apenas tendo como objetivo a criação de um ambiente favorável à entrada do capital, eliminando algumas restrições à remessas de lucros.

Entre 1965 e 1973 a presença estrangeira havia aumentado de forma especial nos setores mais dinâmicos, verificando-se simultaneamente a predominância de grandes empresas, a diferenciação de produtos como elemento crucial de competitividade, e o controle tecnológico como barreira à entrada. Como um bom exemplo é citado o setor de “material de transporte e mecânica”. Os investimentos norte-americanos concentram-se cada vez mais na indústria de transformação. Sua participação que era em 1950 de 44%, passa para 56% em 1962 e 69% em 1973. Entre os anos de 1966 e 1970, as vendas das EMNs de origem norte-americana instaladas no Brasil cresceram mais nos setores de têxteis, material de transporte, mecânica, metalurgia, instrumentos e química. Estes setores se desenvolvem com alto grau de concentração, devido ao controle tecnológico ou da diferenciação de produtos e marcas. (NONNENBERG, 2003).

O período de 1974 sofre mudanças nos IED. As empresas multinacionais passam a ser mais diversificadas em relação aos países de origem dos investimentos, que coincide com uma maior especialização setorial da política industrial, na medida que aumentam as preocupações com a balança comercial. As prioridades de investimento passam a ser os setores de bens de capital e insumos básicos, o que não estava bem definido no período de 1964 a 1973. O maior crescimento observado no período de 1971 a 1973 e 1980 a 1982 é o de mecânica, com média anual de 30%, em comparação aos 19% observados na indústria de forma geral. Nos serviços o crescimento se dá principalmente no setor de consultoria, representação, participação e administração de bens, com uma taxa média de 34% ao ano (NONNENBERG, 2003).

Em 1979, 77,3% do estoque de IDE encontrava-se em atividades da indústria de transformação em especial em setores dinâmicos do paradigma tecnológico metal-mecânico-químico. Observa-se que os IDEs tem papel fundamental na viabilização do processo de industrialização pesada no Brasil, embora no governo militar de 1964 a 1985 houvesse expansão das empresas estatais e proteção de grande parcela da indústria nacional, revertendo um cenário de desnacionalização que havia se instalado no governo de Jucelino K., centralizando na burocracia estatal e nas grandes empresas públicas, o que gerou uma certa insatisfação de parte do setor privado nacional.

No cenário internacional há um forte crescimento do IDE nos anos 70. Em 1970 o IDE mundial havia sido de US\$ 13,3 bilhões, passando para US\$ 42,3 bilhões em 1979, ou seja, um crescimento de 318 %. A década de 1980 também cresceu ainda maior, de 364%, passando o fluxo de IDE mundial de US\$ 54,1 bilhões em 1980 para US\$ 197,3 bilhões em 1989. (UNCTAD, 2014) Este aumento é resultado da expansão da indústria dos EUA em processo de internacionalização,

dentro de um ambiente de acirramento da competição entre as grandes empresas multinacionais, em especial com as européias durante o Plano de Metas (CURADO e CRUZ, 2008).

Em meio ao aumento IDE mundial, pode-se ver o crescimento dos Investimentos Externos de forma sustentada na década de 1970 também no Brasil, conforme tabelas 01 abaixo. O país inicia a década de 1970 com um IDE de US\$ 392 milhões, o que representa a 9ª colocação na posição mundial, chegando à 5ª posição em 1979 com US\$ 2,4 bilhões, o que representa um considerável crescimento de 612 % no período, bem acima do observado no cenário global.

TABELA 01 - Fluxo de IDE no Brasil na década de 70 (em US\$ bilhões)

Ano	1970	1971	1972	1973	1974	1975	1976	1977	1978	1979
IDE	0,39	0,45	0,46	1,18	1,20	1,20	1,39	1,83	2,18	2,48

Fonte: UNCTAD, 2014.

Na década de 70 o Brasil estava vivendo em pleno “Milagre Econômico”. O cenário internacional era favorável, marcado pela expansão das multinacionais européias e estadunidenses em direção ao resto do mundo. O Brasil aproveita os ventos internacionais favoráveis e se destaca na recepção destes investimentos, se consolidando como principal receptor dos Investimentos Externos. Devido sua política desenvolvimentista, e elevado nível de crescimento do mercado interno ele veio a constituir-se uma oportunidade ao capital externo ávido para manter seu ritmo de expansão e sua taxa de retorno.

5. O IDE NA CRIAÇÃO DA CIDADE INDUSTRIAL DE CURITIBA - CIC

O processo acelerado de urbanização da região de Curitiba, o forte crescimento industrial interno no Brasil, a pré-disposição do governo federal de expansão das fronteiras geográficas industriais do país no I PND, e a expansão das multinacionais no cenário externo configuravam um cenário positivo para uma nova tentativa de industrialização do Estado do Paraná.

Visto esta oportunidade e sob políticas desenvolvimentistas, não mais restritivas ao capital regional paranaense, como se dera até a primeira metade da década de 60, o novo plano diretor da cidade de Curitiba que começava a ser colocado na prática sob a prefeitura de Jaime Lerner (1971-1974), reserva uma determinada área da cidade para a instalação de um pólo industrial, que mais tarde viria a ser chamada de Cidade Industrial de Curitiba - CIC. Ao estado coube, através de um convênio com a prefeitura de Curitiba, as desapropriações, terraplanagem, pavimentação, instalação de água e esgoto, energia elétrica e comunicação, incentivos fiscais, participação acionária e financiamento através do BADEP, atraindo empresas nacionais e de capital internacional (com base em AUGUSTO, 1978 e LIMA, 2007).

Neste período há a preocupação do engajamento do estado no processo de industrialização, em especial com São Paulo. Para a CIC foi reservado 10% da área do município para assentamentos industriais de qualquer porte. O processo de criação da Cidade Industrial de Curitiba, foi iniciada em 19 de janeiro de 1973. Seu projeto inicial de engenharia, de viabilidade econômica e topografia foi financiado com recursos do FINEP e BRDE. (AUGUSTO, 1978; CHIAPETTI, 1994)

A possibilidade de industrialização que se abria eram os investimentos em externos, recebendo forte apoio da prefeitura e do governo estadual. O próprio governo brasileiro estava engajado na implantação de multinacionais, garantindo reserva de mercado, desde que os preços praticados fossem competitivos e os produtos tivessem sua devida qualidade. Os incentivos foram assegurados através da lei 4.431 de 19/12/72, regulamentada pelos decretos 1.150 de 09/11/73 e 1.158 de 14/11/73, que tratam dos estímulos tributários e econômicos à industrialização de Curitiba.

ba e fixação de critérios para a concessão de estímulos tributários e econômicos a estabelecimentos industriais. Os projetos de instalação das empresas que iriam se instalar na CIC era analisado individualmente nos termos desta legislação, sendo os incentivos concedidos parcialmente ou totalmente. Os fatores essencialidade, dimensão da empresa, padrão tecnológico e capital eram considerados e os principais incentivos eram: a) isenção de Imposto Predial e Territorial e Urbano (IPTU) pelo prazo de até cinco anos; b) venda de áreas industriais subsidiadas; c) execução de serviços de terraplanagem e sondagem; d) acompanhamento do projeto e disponibilização de informações centralizadas, além das instalações de água, esgoto, energia elétrica e linhas de telefone; e financiamento das empresas novas em expansão pelo governo do estado a partir do BADEP e BANESTADO, além do BRDE. (CHIAPETTI, 1994)

A Companhia de Desenvolvimento do Paraná (CODEPAR) foi responsável pela maioria dos investimentos de infra-estrutura, realizado pelo poder público estatal. Após a conclusão do seu papel de financiadora da infra-estrutura a companhia se voltou para o financiamento do setor industrial privado, tendo em sua carteira mais de 500 empresas. A indústria foi praticamente cristalizada na década de 70. Entre 1970 e 1980 a renda gerada pela indústria cresceu 580%, enquanto o crescimento da agricultura foi de 250% e dos serviços 320%, sendo acompanhado por grandes transformações qualitativas, destacando-se a crescente integração da indústria paranaense à indústria Nacional. (IPARDES, 1983)

As empresas estrangeiras recebiam apoio político-institucional e as exportações de produtos manufaturados ganhavam consideráveis incentivos como: a) isenção de Imposto de Renda na fonte; b) redução ou restituição de impostos de renda para remessas ou destinados a promoção e propaganda no exterior; c) isenção de IPI; d) isenção de ICM (somente as primeiras empresas tiveram este privilégio, sendo elas a Siemens, New Holland, e Phillip Morris); e) Isenção de diversas taxas, e: f) Isenção de IPI na importação de equipamentos destinados ao reaparelhamento das indústrias com produtos destinados à exportação. Dentre os incentivos financeiros foi concedido o financiamento às exportações, nas várias modalidades, no curto, médio e longo prazo, além dos seguros de crédito à exportação. (CHIAPETTI, 1994)

Os chamativos publicitário da prefeitura ressaltavam as vantagens naturais de Curitiba. A CIC nascia integrada a uma cidade preocupada com a qualidade devida de seus habitantes, muitas áreas verdes e setor histórico preservado. Uma cidade com seu planejamento voltado para o bem estar e a serviço do homem. Sua localização se dava no entroncamento de duas rodovias federais, a BR277 e a BR116, uma levando ao porto de Paranaguá e outra ao estado de São Paulo e ao Sul do Brasil. A CIC havia sido instalada em um local previamente planejado, dotado de toda infra-estrutura necessária para instalação de indústrias de qualquer porte. Estas indústrias estariam ligadas ao centro da cidade por cinco eixos denominados “Eixos Conectores”. Foi destacado também o lado social, com áreas reservadas para moradia dos trabalhadores próximo ao local de trabalho, demonstrando preocupação na interligação entre a indústria e a cidade, e entre o homem e a máquina. O local foi concebido como um parque com indústrias, com a criação de áreas verdes de preservação e áreas públicas para o lazer (CHIAPETTI, 1994).

Pesquisa realizada posteriormente com 41 das indústrias, revelou que 60% das empresas se instalaram na região devido ao apoio dos órgãos governamentais, seguida pela disponibilidade de infra estrutura e em seguida pela localização geográfica da região. A posição geográfica privilegiava a proximidade do mercado fornecedor de matéria prima e o porto de Paranaguá, apesar de terem em alguns casos seu mercado consumidor focados em São Paulo e Rio de Janeiro. (CHIAPETTI, 1994)

Dentre as principais empresas que se instalaram na CIC de 1973 a 1977, que juntas adquiriram aproximadamente 72% da área atual da CIC, apenas uma foi de origem de capital nacional, a Industria Langer Ltda (paranaense). As demais empresas tiveram origem no capital externo, com uma forte predominância de atuação no segmento metal-mecânico, como pode ser visto na tabela 02 a seguir.

TABELA 02 - Aquisição de terrenos no CIC por empresas de 1973 a 1977

Ano	Empresa	Segmento de Atuação	Origem
1973	Philip Morris	Industria e comércio de cigarros e serviços de análise técnica	EUA
1974	PFAFF - Indústria de Máquinas LTDA	Máquinas de costura	Alemanha
1974	Maclínea S.A	Máquinas para corte de madeira	Suíça
1974	Industria Langer Ltda	Máquinas de cerrarias e fundições	Brasil
1974	Robert Bosh Ltda	Peças para motores a diesel	Alemanha
1975	Giben do Brasil	Máquinas de precisão	Itália
1975	Oberdofer S.A	Máquinas para limpeza industrial	Alemanha
1976	ABS Indústria de Bombas Centrífugas	Bombas e Centrífugas	Alemanha
1977	HAAS do Brasil Indústria de Máquinas Ltda	Máquinas para indústria alimentícia	Áustria
1977	Volvo do Brasil Veículos Ltda	Indústria e Comércio de Veículos Automotores	Suécia

Fonte: Chiapetti, 1994.

As empresas instaladas no CIC se destacavam por serem modernas, com ampla escala de produção e avançada tecnologia, competindo no mercado nacional e internacional. Seu índice de venda a outros estados era de 40% da produção.

As criação da CIC na década de 70 resultou em um processo inicial de integração industrial, encontrado obstáculos, contudo, no desenvolvimento de fornecedores locais de matérias-primas, dado sua reduzida escala de produção, ausência de controle de qualidade em seus processos, falta de equipamentos adequados, baixa qualidade do pessoal técnico e falhas no planejamento da produção. A criação da CIC, no entanto, induziu a uma mudança qualitativa e estrutural na economia paranaense, reduziu sua forte dependência do setor primário, avançou significativamente no setor secundário e produziu reflexos no setor terciário. Sua criação pode ser considerada um marco para o processo de industrialização do Estado do Paraná.

Pode-se observar que as empresas que se deslocaram para a CIC foram fruto de um processo de expansão do capital internacional, em busca de novas frentes de mercado, aliadas a uma política favorável de atração destes capitais por parte das políticas públicas desenvolvidas a partir da prefeitura da cidade de Curitiba, com o apoio do Governo estadual e Federal. Foi a junção destes fatores no tempo que determinaram o sucesso da implantação da CIC, caso não ocorressem conjuntamente o processo de industrialização do Paraná estaria comprometido, como ocorrera até o final da década de 60.

6. TRANSFORMAÇÕES OBSERVADAS NA ECONOMIA PARANAENSE NA DÉCADA DE 70

Em grande parte as transformações da década de 70 na economia Paranaense reflete o fluxo de IDE em direção à CIC. Bagueto (1999) destaca algumas destas transformações: a) diversificação dos gêneros industriais, com queda relativa dos segmentos mais tradicionais; b) elevação da participação de segmentos como metalurgia, mecânica, material elétrico e de comunicações e material de transporte; c) ampliação de escala de produção em boa parte dos segmentos, utilizando tecnologia mais avançadas, resultando no aumento de produtividade; d) surgimento, ainda

que tímido, de relações de compra e venda no estado, com aumento dos fluxos interindustriais; e) formação de oligopólios, como resultantes da penetração do capital estrangeiro e da extensão de outras indústrias já radicadas no Brasil.

A agricultura na década de setenta foi caracterizada pela concentração fundiária, pela introdução de culturas mecanizadas e grande evolução tecnológica, substituindo as culturas “coloniais”, como o café, baseada na utilização de terras recém desmatadas por culturas “nobres” como a soja e o trigo, desenvolvidas com técnicas mais modernas. Este processo ocorreu em nível nacional, correspondendo a uma transformação nas relações entre indústria e agropecuária, sendo a indústria o setor dinâmico dominante. No entanto, nem todos os locais sofreram este processo. Ele só foi possível nos locais onde as terras eram férteis, havia infraestrutura e agricultura seguindo os padrões capitalistas, que permitissem responder aos estímulos. O Paraná foi um destes estados que estavam preparados para essa transformação. Entre os anos de 1970 e 1980 a produção do algodão sofreu uma redução de participação de 24,9%, o arroz de 13,4%, e o café de 14,2%. A cultura de cana-de-açúcar cresceu 63,2%, a de milho 15%, a de trigo 456,3% e a de soja 695,5% (ROLIM, 1995).

Esse processo de modernização implicava na utilização de insumos oriundos da indústria, como máquinas, tratores, sementes selecionadas, esquemas sofisticados de financiamento e comercialização, alterando o tipo da atividade industrial no Paraná. Até então a indústria participava somente do processamento, com foco nos produtos alimentares. A principal vertente da indústria acoplada à agropecuária passa a se consolidar nos setores processadores de produtos alimentares, como óleos vegetais, frigoríficos, alimentos em geral, fibras vegetais, rações, etc, e agora também no fornecimento de máquinas e insumos. Uma nova indústria, ainda de base agropecuária decorrente de capitais não paranaenses surgiu neste período, destacando-se o segmento de mecânica. O estado ainda vivia o processo expansivo verificado no Brasil na época do milagre econômico e tendências de descentralização principalmente das atividades industriais de São Paulo e começavam a surgir novos investimentos desvinculados da base agropecuária especialmente na Região Metropolitana de Curitiba (ROLIM, 1995).

As transformações na base produtiva da agricultura paranaense, levou a uma reversão do fluxo populacional, verificada nos anos 50. Na década de 70, um total de 1,3 milhão de pessoas, principalmente da área rural deixaram o estado em direção à Amazônia e Mato Grosso do Sul. Foi verificando, no entanto, crescimento populacional na região metropolitana de Curitiba, considerada na época, região de expansão dentro do estado. Estes dois movimentos tornaram a população predominantemente urbana no estado (ROLIM, 1995).

Entre os anos de 1970 e 1975 os principais produtos eram os alimentares, madeira, têxtil, química, minerais não metálicos, papel e papelão, que representavam 75% do produto industrial paranaense (CUNHA, 1995). Na década a participação da indústria na renda do estado cresceu significativamente, passando de 22,72% (incluindo a construção civil) em 1970, para 33,94% em 1980. A agricultura perdeu participação. Ela inicia em 1970 com 23,32% na renda e é ultrapassada pela indústria em 1975, chegando ao final da década com 16,41%. A participação da indústria paranaense também cresce em nível nacional. Em 1970 era de 3,56%, chegando a 1980 a 6,77% da indústria brasileira (BAGUETO, 1999).

Dentro da indústria, praticamente todos os seguimentos tradicionais perderam espaço para aqueles com maior nível de elaboração da matéria prima. Os seguimentos tradicionais cresceram, mas perderam importância relativa, como no caso da madeira, que passou de 22,5% do valor adicionado em 1970 para 14,56% em 1979. Os produtos alimentícios passaram de 23,67% da produção para 17,03% no mesmo período. Quanto à divisão espacial a década de 70 houve uma concentração das indústrias na microrregião de Curitiba. Em 1975 ela detinha 32% da produção industrial, passando para 52,7% em 1979, ao passo que a microrregião de Ponta Grossa passa de 15,6% para 10,4% e o norte novo de Londrina passa de 14,5% para 9,5% (BAGUETO, 1999).

O Paraná acelera ainda mais o processo de urbanização, à medida que a indústria se desenvolve na região metropolitana de Curitiba, onde se instalam as principais empresas Me-

tal-Mecânicas e a Refinaria da Petrobrás em Araucária. Esta urbanização é estimulada também pela inviabilização de um conjunto de atividades próprias dos centros urbanos menores, dado a modernização da agricultura. A mecanização e a elevação da produtividade do trabalho agrícola pressionaram por um rápido esvaziamento populacional no campo, liberando mão de obra para o setor industrial. Houve uma reconcentração de terras nas mãos dos proprietários, em detrimento dos arrendatários e colonos, devido ao uso de tecnologias modernas (LEÃO, 1989).

Leão (1989, p.2) destaca em relação à década de 70 que o dinamismo da década foi

“acompanhado por agudos problemas sociais, repetindo o ocorrido no Brasil a partir dos anos cinqüenta. A política de gastos sociais no Estado limitou-se às áreas tradicionais como educação, e saneamento básico. Os problemas específicos colocados pelo êxodo rural e o progressivo assalariamento no campo não receberam atenção, nem tampouco a face urbana desses processos, como o subemprego e as más condições habitacionais. Evidentemente a miséria e a marginalização não se mostraram de forma intensa devido à migração para outros estados”

A arrecadação do estado apresentava crescimentos devido ao aumento da renda interna. Apesar deste aumento os gastos sociais ficaram em plano secundário, sendo privilegiado os investimentos na área de infra estrutura econômica como a construção de estradas e geração de energia elétrica.

As décadas de 60 e 70 apresentam duas fases de transformação. A primeira no início da década de 60 com a montagem do aparelho infra-estrutural do estado e a segunda na década de 70 com a modernização da produção agrícola e industrial. Pode ser observado que esta transformação esteve atrelada ao processo de atração dos investimentos externos realizados na Cidade Industrial de Curitiba na segunda década.

7. A CRISE DA DÉCADA DE 80 E O PROCESSO DE GLOBALIZAÇÃO

A segunda crise do petróleo (1979-80) fez com que os sistemas de financiamento e planejamento sofressem durante a década de 80, esgotando a capacidade do estado de sustentar o ritmo dos investimentos. Em meio a crise econômica e política, com o país em transição novamente para a democracia, e profundas divergências de pensamento na condução econômica, o III PND (1980-85) cumpriu sua formalidade legal de planejamento, mas na prática acabou sendo abandonado. Seus objetivos básicos a serem perseguidos eram na verdade o combate aos problemas de insuficiência de crescimento do PIB dado a necessidade de geração de emprego, aumento do processo inflacionário, elevação dos níveis de endividamento externo provocado pelo déficit estrutural da balança de transações correntes, alto nível de endividamento interno e externo, desequilíbrios sociais com concentração de renda entre indivíduos e regiões. Em relação à industrialização tentou-se a elevação dos índices de produtividade, e transformações do setor de acordo com as exigências dos mercados interno e externo, redução das dependências protecionistas, priorização de projetos que contribuíssem para a melhoria da capacidade energética e exportadora e produção bens de consumo essenciais e populares.

Em 1980 inicia-se um período, que durou até 1994, conhecido na literatura como período de estagflação, uma combinação de dois fatores indesejáveis, a estagnação da economia e a hiperinflação, decorrentes da política econômica interna, dos choques internacionais do petróleo da década anterior e seus desdobramentos.

A década de 80 pode ser dividida em três fases distintas. A primeira de 81 a 83 caracterizada pelo ajuste monetário da balança de pagamento. A segunda de 84 a 86 com a retomada do crescimento, e a terceira de 87 a 89 onde há uma nova redução da taxa de crescimento com aumento significativo do processo inflacionário.

Ao contrário do que vinha ocorrendo até então, a crise econômica e instabilidade política afastaram o Brasil dos investimentos externos. A abrupta elevação da taxa de juros realizada pelo

FED entre os anos de 1979 e 1982, marginalizando o país do mercado financeiro internacional até o início dos anos 90, quando ocorre uma notável reviravolta na economia mundial e nacional. A crise da dívida levou a uma grave desorganização das finanças públicas, minando a capacidade do estado de intervenção na economia e abrindo caminho para uma forte instabilidade inflacionária, afastando os investimentos externos, principalmente os de risco. A economia brasileira perdeu seu dinamismo, e observou-se uma acentuada redução nos investimentos e difícil acesso aos mercados dos países desenvolvidos. Este cenário acabou por levar a uma defasagem na absorção das transformações tecnológicas e organizacionais, bem como uma perda de posição do país em relação ao comércio internacional. (COUTINHO, 1996).

No início do período há uma grande preocupação com o desequilíbrio externo. As políticas fiscal e monetária se voltaram para seu ajuste, assumindo forte viés contracionista, levando a economia a registrar baixas taxas de crescimento. A instabilidade econômica e política fez com que a economia brasileira não se tornasse atrativa aos IDEs. Sua crise se deu predominantemente na indústria, que cresceu apenas 0,2% durante toda a década de 80, marcando o colapso do padrão de desenvolvimento seguido até então, estruturado entre o capital privado nacional e internacional e o Estado. Neste mesmo período o mundo assiste a consolidação do complexo eletrônico como eixo da atividade industrial e a introdução da microeletrônica em setores tradicionais, dentro de um processo de mundialização do capital. Observa-se que a maior parte dos IDEs neste período tiveram como destino os países de alta renda. A economia brasileira ficou à margem desse processo, dada sua situação de crise interna. A queda do IDE foi particularmente acentuada após 1982, apresentando recuperação somente no biênio de 1987 e 1988, como num mini-ciclo de expansão. (UNCTAD, 2014; CURADO e CRUZ, 2012).

Desde o final dos anos 70 já se havia observado no mundo várias alterações econômicas como a globalização, a exaustão do regime de acumulação de alguns setores industriais, como os de química e metal-mecânica desencadeando um processo de reestruturação produtiva, marcada pela microeletrônica. Outros setores são incluídos no eixo dinâmico mundial como segmentos de ponta, a exemplo da robótica, biotecnologia, informática, telecomunicações, mecânica de precisão e química fina, se caracterizando para alguns como a terceira revolução industrial, desbancando a organização da produção aos moldes fordistas e abrindo espaço aos processos de produção flexíveis. (LOURENÇO, 2003).

Na década de 80 a reestruturação tecnológica, organizacional e gerencial derivadas da terceira revolução industrial reorientou os fluxos de investimentos diretos. Com exceção da China, e de poucos países em desenvolvimento do leste asiático, como Coreia do Sul e Taiwan, que melhor se articularam à reestruturação do sistema industrial japonês nos anos 70 e 80, os investimentos externos foram fracos, em particular em relação ao Brasil e mesmo à América Latina. (COUTINHO, 1996).

Por fim tem-se o processo de acumulação e internacionalização financeira. Este processo é dado pela destacada capacidade dos agentes econômicos de promover a multiplicação da renda e do seu patrimônio por meio do mercado financeiro, nas transações de câmbio, ações e títulos públicos em escala mundial. No final da década de 70, o governo dos EUA decidem romper com as regras do FMI, depois do segundo choque do petróleo, dado seu descontentamento com a progressiva depreciação do dólar e o comprometimento da moeda como padrão monetário internacional (LOURENÇO, 2003).

Este processo de valorização do dólar levou a intensificação da crise da dívida de alguns países do terceiro mundo dentre eles os da América Latina: México, Argentina e Brasil. Observa-se uma fase de recuo e estagnação do fluxo internacional de investimentos nos anos de 1982 a 1985. Como destaca Curado e Cruz (2012), este período é marcado por uma política fortemente contracionista na maior economia mundial, dado o fracasso na estratégia de desvalorizações graduais do dólar adotada pelo Federal Reserve (FED) no período anterior (1973 a 1979), objetivando a reversão dos seus déficits comerciais. Devido à política monetária em execução na década anterior surge uma pressão inflacionária na década de 80. Esta pressão é reforçada pelo segundo

choque do petróleo ocorrido em 1979. O FED abandona a política monetária de até então, e eleva taxas de juros, revertendo o fluxo financeiro em seu favor. As demais economias desenvolvidas acompanham esta política, desencadeando uma elevação geral dos juros e redução dos investimentos. Podemos verificar a alteração do fluxo dos investimentos na tabela 03 abaixo. O fluxo seguia em alta até o ano de 1981, sendo reduzidos em 1982 e 1983, superando os patamares de 81 somente em 1986, ano que apresenta forte crescimento.

TABELA 03 - Fluxo de Investimentos Mundiais na Década de 80 (Em US\$ bilhões)

Ano	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989
IDE	54,07	69,53	58,03	50,24	56,78	55,84	86,39	136,64	164,09	197,65

Fonte: UNCTAD, 2014.

Segundo Silva (2006) o crescimento do IDE na década de 80 apresentou transformações extraordinárias não só em volume, mas em sua composição. Os investimentos diretos externos e os investimentos em portfólio assumiram uma maior importância em relação aos antigos empréstimos bancários. Para ela a segunda metade da década de 80 apresenta características distintas no IDE dos países desenvolvidos, daquelas verificadas no período anterior.

Entre o imediato pós-guerra e o início dos anos 1980, a tendência do IDE tinha sido o de expandir o investimento por meio da instalação de novas plantas, sobretudo, na indústria manufatureira, com uma distribuição geográfica mais abrangente. A partir dos anos 1980, no entanto, o dinamismo apresentado pelos fluxos globais de IDE foi caracterizado por um crescimento sem paralelo das operações de fusões e aquisições transfronteiras (F&As) – acompanhado da expansão do investimento de portfólio e da formação de megacorporações – por sua preferência pelo setor de serviços e por uma distribuição espacial mais concentradora. (SILVA, 2006, p. 7)

No início década de 80 o IDE direcionado ao Brasil acompanha o fluxo de crescimento internacional, passando de US\$ 1,91 bilhões em 1980 para US\$ 2,52 bilhões em 1981. No ano de 1982 o fluxo internacional sofre uma redução, no Brasil no entanto, o fluxo continua em crescimento dado o aquecimento da economia, chegando a US\$ 3,11 bilhões. Os custos no entanto são altos, neste ano o país apresenta um déficit em conta corrente de US\$ 14,8 bilhões. Devido ao déficit e o aumento dos juros no cenário internacional não seria mais possível continuar no ritmo de crescimento observado até então.

A partir do ano de 1983 o Brasil realiza um forte programa contracionista visando equilibrar suas contas externas, reduzindo significativamente a demanda interna e o ritmo de crescimento da economia. Em 1982 o país havia apresentado um superávit comercial de US\$ 780 milhões, passando para US\$ 6,5 bilhões em 1983 dado a força da política contracionista. Esta política fez com que os investimentos externos fossem reduzidos para US\$ 1,32 bilhão em 1983, chegando a US\$ 0,31 em 1986. Como fuga das condições desfavoráveis do mercado interno a capacidade instalada por empresas estrangeiras foi utilizada para exportação. Em 1986 o restante das economias, principalmente dos países desenvolvidos já apresentavam sinais consistentes de recuperação, impulsionando o IDE mundial para US\$ 86,38 bilhões. O Brasil na contramão do fluxo internacional cai de 4ª posição no fluxo mundial em 1982 para 27ª em 1986. (Dados a partir de UNCTAD, 2014).

Para Sarti (1997) a instabilidade e a estagnação do mercado interno promoveram uma redução dos fluxos de investimento estrangeiro principalmente na indústria de transformação na década de 80. Curado e Cruz (2012) reforçam esta mesma análise. A queda nos fluxos de IDE para

o país foi particularmente acentuada a partir de 1982, refletindo a crise econômica interna de 1981 e 1983, que se estendeu no tempo. Considerando o lapso temporal entre a decisão de investir e sua realização, houve impactos nos anos posteriores. O baixo crescimento da economia na década e a profunda instabilidade gerada pelo crônico processo inflacionário contribuíram para a redução do fluxo do IDE no Brasil. Temos também entre os anos de 1986 a 1990 a queda da participação da indústria no PIB, que recuou de 32% para 22,7% e aumento da participação do setor de serviços no produto de 45% para 60%.

TABELA 04 - Fluxo de IDE no Brasil na década de 80 (em US\$ bilhões)

Ano	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989
IDE	1,91	2,52	3,11	1,32	1,50	1,48	0,32	1,17	2,80	1,13

Fonte: UNCTAD, 2014.

De 1985 a 1989 tem-se novamente a preocupação do atendimento legal do planejamento, sendo criado o I PND da Nova República, num processo de esvaziamento do planejamento da estrutura técnica de suporte ao planejamento. Apesar das fragilidades econômicas e técnicas manteve-se as intenções de continuidade das intervenções estatais industrializantes. O Plano Elaborado sob o governo Sarney tentava retomar uma política agressiva de investimentos em infraestrutura, em especial na matriz energética, na expansão e modernização da indústria e agricultura, na educação e alimentação. O insucesso do plano de estabilização com o Cruzado fez com que o plano fosse abandonado. (REZENDE, 2010)

Vários outros planos econômicos se seguiram ao Cruzado. Em fevereiro de 1987 tem-se o plano Cruzado II, com a suspensão do congelamento e reintrodução da política ativa de correção monetária. Em julho de 1987 tem-se o plano Bresser, com os objetivos evitar a hiper-inflação ao mesmo tempo em que reduzia o déficit público. Entre suas medidas estava o congelamento dos salários e aluguéis e a desvalorização do câmbio. Em janeiro de 1989 tem-se o Plano Verão. Depois do plano a inflação chegou a 80% ao mês. Entre suas medidas estavam os cortes dos gastos públicos. Em março de 1990, foi a vez do plano Collor, tendo entre as medidas o confisco da poupança, o congelamento temporário dos preços e salários, fechando o ano com inflação de 1.198%. Podemos observar nestes planos um viés contracionista da demanda e dos gastos públicos, que impediu o crescimento da economia e dos investimentos.

No final da década de 80 o governo brasileiro tomou medidas no sentido de uma maior liberação comercial. Com esta abertura acreditava-se ser possível elevar a renda real da população através da especialização da produção em setores que o país possuísse maiores vantagens comparativas. Haveria aumento da diversidade de produtos e maior eficiência técnica decorrente do aumento da concorrência e da redução da intervenção governamental, levando a um aumento dos ganhos de escala pela especialização produtiva, elevando a eficiência e o bem estar (MOREIRA e CORREIA, 1997; GINNARI 2001). Com relação ao ambiente macroeconômico há um consenso que para maximização dos ganhos de investimento a liberação deveria se dar no contexto de uma economia estável, fruto de políticas macroeconômicas apropriadas (MOREIRA e CORREIA, 1997).

No cenário internacional desde o início dos anos 70 já havia pressões sobre o modelo de desenvolvimento adotado pelos países capitalistas centrais. O processo de globalização iniciado no final do século XX, havia sido criado e difundido pela ideologia neoliberal, capitaneada por três grandes áreas de influência, a dos EUA no Nafta, da Alemanha e Inglaterra na Comunidade Européia e Japão no sudeste asiático. Um movimento econômico, social e político, de desmonte dos espaços nacionais fazia forte pressão interna. Conforme destaca Figueiras (2003, p. 64). “O neoliberalismo, enquanto ideologia e como política econômica se constituiu na doutrina mais adequada para o capitalismo, nessa nova fase do seu desenvolvimento”.

Dado a crise econômica em que o país havia passado nos anos 80, com altas taxas de inflação, problemas da dívida externa e a atuação do estado como forte interventor na economia, associado ao regime autoritário, o modelo de crescimento foi questionado. Há uma crescente pressão para alteração do governo para um novo modelo econômico. Esta pressão se verifica nas eleições de 1989, com posse do primeiro presidente eleito diretamente em 1990. Neste momento há um avanço da ideologia neoliberal nacional. A presidência de Fernando Collor de Melo é marcada por características neoliberais, como a abertura da economia, a eliminação de incentivos e proteção à informática e a usineiros, as privatizações, e a redução da máquina pública, com enfoque nos cortes de despesas com pessoal.

Collor defendia o estado mínimo e regulatório, iniciando as privatizações. Em 1990 o Congresso Nacional aprova o Programa Nacional de Desestatização proposto pelo presidente. Em seu mandato de 23 meses foram vendidas 25 empresas estatais. Entre os anos de 1990 e 1994, as privatizações ficaram mais restritas ao sistema produtivo estatal, voltadas às empresas dos segmentos siderúrgicos, petroquímicos e de fertilizantes, sendo privatizado 33 empresas, 18 delas controladas pela Petrobrás e 15 com participação minoritária, não exercendo impacto nas empresas paranaenses. Itamar Franco assume a presidência após a saída de Collor, reduz a intensidade da política de privatização, com a venda de apenas quatro empresas, influenciando a queda do capital externo na compra destas estatais. Apesar da redução da intensidade, a mudança ideológica de cunho neoliberal permaneceu e veio a alterar significativamente a política econômica nos períodos seguintes.

Seguindo o comportamento do IDE internacional o Brasil inicia a década de 90 com um baixo fluxo de IDE, não ultrapassando a cifra de US\$ 1 bilhão. Em 1991 apresenta um fraco crescimento, indo para US\$ 1,1 bilhão. No ano seguinte praticamente dobra seu volume, alcançando US\$ 2,06 bilhões, mas permanece ainda em níveis extremamente baixos se comparados com outros países do mesmo porte. O IDE sofre uma nova redução em 93. A participação do país no conjunto dos países em desenvolvimento cai de 2,84% para 1,68% de 1990 a 1993.

TABELA 05 - Fluxo de IDE Brasil de 1990 a 1993 (em US\$ bilhões)

Ano	1990	1991	1992	1993
IDE	0,989	1,102	2,061	1,291

Fonte: UNCTAD, 2014.

Comparando o IDE Brasileiro com o mundial no período de 1980 a 1993, pode-se observar que o país não seguiu a mesma tendência, demonstrando-se mais oscilante e com quedas mesmo em anos onde o fluxo mundial crescia. No início da década de 90, o fluxo para o país acompanha o nível de retração mundial. As alterações na política econômica iriam redefinir o regime de crescimento brasileiro e alterar os fluxos de IDE somente nos anos seguintes, no período de estabilidade inflacionária iniciado em 1994. Para Franco (1998) “o Brasil perdeu valiosas oportunidades nos anos 80, mercê de fatores internos, num período em que o investimento direto internacional experimentava um boom sem precedentes”.

No período de 1988 a 1993 foi realizado um amplo processo de liberação comercial. Em 1988 e 1989 as tarifas médias foram reduzidas de 41,2% para 17,8%, abolindo-se a maior parte dos regimes especiais de importação, unificando-se tributos de compras externas. De 1990 a 1994 a Política Industrial e de Comércio Exterior (PICE) extinguiu a maior parte das barreiras não-tarifárias e estabeleceu um cronograma de redução das tarifas de importação (MOREIRA e CORREIA, 1997).

Segundo Nonnenberg (2003) o governo Collor (1990 a 1992) tomou várias medidas que incentivaram a entrada de Investimento Direto nos anos posteriores, como: a) início da concessão

de financiamentos do BNDES, a partir de 1991 para as EMNs; b) redução do poder regulatório do Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI), responsável pela aprovação de acordos de transferência de tecnologia; c) fim da Lei de Informática em 1992; d) autorização, em 1991, para que as EMNs passassem a usar lucros financeiros para constituir aumento de capital registrado; e) permissão, em 1991 para pagamento de royalties das EMNs para suas matrizes; f) redução de Imposto de Renda sobre remessas; e g) autorização de remessas de dividendos associadas a capital ainda em vias de registro no Banco Central do Brasil.

Estas mudanças somente iriam repercutir com mais força no ingresso de IDE, após a estabilização inflacionária com o plano real em 1994. A década de 90 se inicia apresentando declínio nos fluxos internacionais de Investimento Direto. No ano de 1991 o IDE cai para US\$ 154 bilhões, comparado com os US\$ 207,5 bilhões de 1990 e US\$ 197 bilhões de 1989. Em 1992 ele se recupera, alcançando US\$ 165,9 bilhões, mas ainda é inferior ao de 1990, sendo superado apenas em 1993 com um fluxo mundial de US\$ 223,31 bilhões, conforme tabela 06.

TABELA 06 - Fluxo de IDE Internacional de 1990 a 1993 (em US\$ bilhões)

Ano	1990	1991	1992	1993
IDE	207,4	153,8	166,03	223,35

Fonte: UNCTAD, 2014.

Curado e Cruz (2008) observam que a maior parte de IDE entre 1980 e 1994 teve como destino os países pertencentes à OCDE, contudo, com expansão expressiva para os países de renda média a partir do final da década de 1980.

Nota-se em relação ao estoque mundial de IDE que este manteve-se em ritmo de crescimento, indicando que não houve tendência de reversão dos investimentos já realizados. O estoque passou de US\$ 2,08 trilhões em 1990 para US\$ 2,6 trilhões em 1993, com crescimento contínuo durante o período. O que se observou, contudo, foi uma redução de participação dos países desenvolvidos de 75% para 73,5%, apesar do crescimento do estoque de US\$ 1,56 trilhão em 1990 para US\$ 1,91 trilhão 1993.

Silva (2006) aponta cinco fatores que levaram a queda o IDE mundial no início da década de 1990, sendo eles: 1) recessão econômica nos principais países desenvolvidos; 2) acomodação do processo de fusões e aquisições; 3) queda na rentabilidade das filiais estrangeiras operando nos Estados Unidos; 4) novas incertezas relacionadas ao processo de unificação européia; 5) redução das taxas de juros internacionais, que impactaram sobre os investimentos diretos no setor de serviços financeiros.

A Europa respondeu por 60% da queda dos IDE, seguida pelo Japão com 35%, enquanto os EUA mantiveram constantes os investimentos realizados no exterior, ganhando destaque no cenário mundial.

No início da década de 90 a economia dos EUA entrou em recessão. Esta recessão se disseminou entre os países do G7 nos anos de 90 a 92, demonstrando a fragilidade do sistema bancário entre os países desenvolvidos. A recessão induziu os bancos centrais a uma política monetária mais frouxa, com reduções sucessivas em suas taxas de juros, o que levou a uma busca generalizada no cenário internacional por aplicações alternativas, permitindo os mercados dos países emergentes atrair capitais com maior facilidade e em escalas crescentes. O processo de fluxo de capitais na América Latina se iniciou no México, Chile e Argentina. O Brasil, ainda em hiperinflação começa a receber este fluxo de capitais, o que ajudou posteriormente em seu processo de estabilização, com valorização da moeda nacional e aumento das importações, com deterioração da balança comercial (COUTINHO, 1996).

No final do período a indústria brasileira se encontra defasada, de modo geral, comparativamente com os padrões internacionais. O grau de defasagem é maior nas indústrias de bens

de consumo como têxtil, confecções, calçados e automobilística, com defasagens crescentes na difusão dos processos de automação, informatização e capacidade de projeto de processamento. A indústria brasileira não desenvolve tecnologia de produto e sua pauta de produção é pouco nobre, apresentando um nível extremamente baixo de gastos com P&D em relação ao faturamento e têm deficiências em termos de controle de qualidade, tanto em nível de produto quanto de processo de fabricação. Sua difusão em nível de inovação gerencial também estava atrasada, impedindo a introdução de máquinas mais modernas. O relacionamento com os fornecedores ainda é visto como conflituoso e não cooperativo. (Suzigan, 1992) Estes fatores refletem o baixo grau de investimentos e inovação pelo qual passou toda a indústria, necessitando investimentos compensatórios no sentido de suprir seu atraso tecnológico e melhoria de competitividade. O Investimento Externo Direto seria novamente uma das alternativas para correção dessa defasagem nos períodos que viriam.

8. IMPACTOS DA CRISE DE 80 NO IDE PARANAENSE E A INFLUÊNCIA IDEOLÓGICA DE GRUPOS POLÍTICOS

Na primeira metade da década de 80 o Paraná cresceu próximo ao nível de crescimento nacional, e na segunda metade obteve melhor desempenho que o país. Durante o período de recessão no início da década o estado não sofreu grandes prejuízos, dado o desempenho favorável da agropecuária e de alguns ramos industriais produtores de alimentos e química. Nos anos de 84-85 ocorre uma crise na agricultura e nos principais ramos da indústria, que voltam a se recuperar em 1985. Em 1986 o país cresce 7%, no entanto problemas climáticos reduzem a produção agrícola estadual, desencadeando uma crise que perdura até 1989, com um breve momento de recuperação em 1987. A recuperação de 1989 tem seu desempenho associado ao café, e às indústrias: mecânica, papel e papelão e material de transporte (ROLIM, 1995). Percebe-se que os sucessos e insucessos da economia paranaense parecem estar ligados além do próprio cenário nacional, ao desempenho da agropecuária e em consequência da agroindústria e dos ramos a ela ligados.

O Paraná apresenta um crescimento industrial de 4,7% a.a. na década devido principalmente à maturação dos investimentos realizados no final dos anos 70, ao passo que a indústria nacional cresceu a uma taxa média de 2,2% a.a., levando a um ganho de participação do estado, em especial nos setores modernos ou novos, permanecendo, contudo atrelada às atividades articuladas ao setor rural. (LOURENÇO, 2000 e CUNHA, 1995)

O cenário político também é fator de influência na década de 80 para os Investimentos Externos no Paraná. Chiapetti (1994, p. 56) evidencia as diferenças entre os tipos de governo em relação ao apoio à CIC, o principal projeto que havia trazido grande fluxo de capital externo ao estado do Paraná. “Em 1983 a prefeitura de Curitiba é assumida por Maurício Fruet, seguido por Roberto Requião de Mello e Silva que, ao contrário dos prefeitos anteriores, não tinham como objetivo dar continuidade à implantação do projeto CIC.” Havia projetos de implantações de galpões para recebimento de infra estrutura como restaurantes, creches, escritórios, etc, Este projeto não foi aprovado, sendo construído somente alguns galpões que foram alugados a alguns microempresários, e as áreas remanescentes vendidas. Com relação à infraestrutura, nada foi construído (CHIAPETI, 1994).

José Richa (PMDB) chega ao governo do estado em 1983. Por orientação partidária sua preocupação quanto aos investimentos se dá na área social. Seu governo é o primeiro de três que se seguiriam pelo PMDB, onde as questões dos investimentos industriais não foram colocadas como prioridade. José Richa propôs uma gestão mais participativa, rompendo com a administração técnica das gestões anteriores e do regime militar, permitindo uma maior participação da sociedade na distribuição do orçamento estatal. Seu governo estava preocupado em mediar conflitos como invasões do movimento sem terra, dos sem tetos, das invasões dos terrenos públicos e privados, ou com a defesa do patrimônio histórico e arquitetônico, da saúde pública, da preservação do meio ambiente, no atendimento de pequenos produtores rurais, etc. Em sua visão os grupos

locais foram prejudicados pelo grande capital em especial o externo, pois os grupos paranaenses não estavam suficientemente capitalizados para enfrentá-los, com exceção das cooperativas agrícolas. Essa defesa não era sem motivo, pois a liderança de apoio a Richa reunia grande parte dos detentores do capital local e da burguesia agrária, que enfrentava as empresas do grande capital se organizando em cooperativas para concorrer diretamente com eles ou fornecer a matéria prima destas empresas (LIMA, 2007).

Com Álvaro Dias no governo, de 1987 a 1990, surgem novas preocupações e novas demandas de atores sociais organizados, alterando sensivelmente as facções políticas presentes no governo. (LIMA, 2007) Os novos temas se referem à ênfase no planejamento, na diversificação industrial e na sua competitividade dentro do mercado nacional e internacional, no aumento da produtividade dos agricultores. Estes temas surgem pela percepção da necessidade de readequação da economia paranaense frente às mudanças ocorridas no campo econômico e social do Paraná e na sua inserção nas economias nacional e internacional (MAGALHÃES, 2011). Nas eleições de 1990 o PMDB ainda consegue se manter no poder com Roberto Requião, após uma tumultuada campanha. Neste mandato tem-se no estado um retardamento na adoção das idéias liberalizantes providas do governo federal, resgatando as preocupações com as questões sociais típicas do projeto original do PMDB com projetos de casas populares, financiamento de safras e obras como a ferroeste, que liga Cascavel a Paranaguá e a usina hidrelétrica de segredo (LIMA 2007).

Na capital do estado as políticas públicas já haviam tomado novos rumos, influenciadas pelo discurso liberal nacional, com retorno do grupo político de oposição e mudança das políticas públicas. Chiapetti (1994, p. 56) escreve:

A partir de 1989 Jaime Lerner, o prefeito que deu início à implantação da CIC, reassume a Prefeitura de Curitiba e na sua terceira gestão (1989-1992) inicia uma política para recuperação da imagem da Cidade Industrial de Curitiba, pois durante anos ela acumulou problemas de toda ordem, como a falta de manutenção da infraestrutura e a dívida acumulada pelo não pagamento. Foi realizada a remoção de lixo e entulhos das ruas, uma nova sinalização, repcapeamento ou pavimentação de ruas, tendo o Contorno Sul recebido “tapa buracos”, feito pela prefeitura e DER, mesmo sendo responsabilidade do Governo Federal. Foi iniciado também, um programa intensivo de “marketing” sobre a Cidade de Curitiba, com anúncio em revistas, histórias em quadrinhos, catálogos sobre a CIC e um álbum de fotografias com informações sobre a CIC, e Curitiba (só ressaltando o lado positivo).

Com a Lei Municipal nº 7671 de 10 de junho de 1991, a CIC-S/A recebeu nova denominação, passando a chamar-se “CIC – Companhia de Desenvolvimento de Curitiba”. Esta “nova” empresa tem por competência promover o desenvolvimento industrial, o fomento e atração de novos empreendimentos industriais, comerciais e de serviços, dentro de todo município de Curitiba, através de alternativas inovadoras e modernas, permitindo a geração constante de progresso nas áreas econômica e social. (CHIAPETTI, 1994).

No período de 1980 a 1993 o dinamismo dos investimentos externos no estado sofre uma redução em seu ritmo de expansão, fruto de um cenário nacional de estagnação, alta inflação, instabilidade política em nível federal e mudança política ideológica em nível estadual. Apesar dos fatores negativos observados, o estado parece descolar-se das tendências da economia nacional, dado suas características peculiares atreladas às atividades agrícolas e de pecuárias. Há um certo grau de vinculação do IDE ao desempenho da agropecuária, no fornecimento de máquinas e equipamentos, dado sua relação direta na cadeia produtiva, ou mesmo indireta pela sua força econômica na geração de renda, impulsionando outras atividades. Pode-se dizer que ainda na década de 80 os efeitos da criação da CIC continuam sendo sentidas, devido à maturação dos investimentos e suas externalidades positivas de longo prazo geradas no estado.

9. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na década de 70 há um aumento do fluxo de IDE mundial. O Brasil aproveita este momento e multiplica por seis o recebimento dos investimentos externos. O IPND se preocupa, além do desenvolvimento econômico com a correção dos desequilíbrios regionais. Dado este cenário surge a possibilidade de criação da Cidade Industrial de Curitiba. Este projeto teve sua maturação na segunda metade dos anos 70, época em que as grandes obras de infraestrutura como estradas estavam sendo concluídas.

Grandes empresas são atraídas em direção à nova região industrial criada em Curitiba, fruto de Políticas Públicas nos níveis municipal, estadual e federal, sob um cenário de IDE favorável. Estes investimentos permitiram o início de um processo de reestruturação da economia paranaense contribuindo para seu crescimento com diversificação da atividade industrial. Este movimento moderniza a indústria, reduzindo a participação relativa dos segmentos mais tradicionais, dominantes até então. Há uma elevação dos segmentos de metalurgia, mecânica, material elétrico e de comunicações e material de transporte, considerados segmentos dinâmicos à época. Ocorre a ampliação da escala de produção em boa parte dos segmentos, utilizando tecnologia mais avançadas, resultando na melhoria da produtividade, aumento dos fluxos interindustriais no estado e formação de oligopólios, com concentração na região metropolitana de Curitiba.

Com a produção interna de máquinas, tratores, sementes selecionadas, esquemas sofisticados de financiamento e comercialização, observa-se um estreitamento da relação da agricultura com a indústria, alteração do tipo da atividade industrial no Paraná e alteração do próprio perfil do capital, que passa a ser mais internacional. A transformação nas relações entre a indústria e agropecuária, fez com que novas tecnologias externas fossem utilizadas em território nacional. As commodities internacionais como trigo e soja ganham importância, em detrimento dos produtos tradicionais, que embora reduzam sua participação, também recebem certa dose de modernização no processo produtivo.

Na década de 80, os governos que sucederam a criação da CIC, têm suas preocupações voltadas para os investimentos sociais. O liberalismo dominante no cenário nacional é recebido com certa cautela, ganha algum destaque no governo de Álvaro Dias de 1986 a 1990, mas no mandato de Roberto Requião, de 1991 a 1994 perde seu ímpeto. Os investimentos externos realizados na CIC ainda em processo de maturação continuam a influenciar a economia Paranaense.

Novos fluxos de capital externo se dariam somente no próximo governo estadual, após a estabilização inflacionária com o plano cruzado de 1994, que faz os fluxos de IDE retornarem ao país. O governo estadual se alia novamente ao federal, sob influências do liberalismo e aproveita a guerra fiscal e a onda de privatizações, para início de um novo período de IDE no Paraná. Os investimentos externos seguem agora para a região metropolitana de Curitiba, com tendências posteriores de interiorização. O crescimento do estoque de IDE supera 200% de 1995 a 2000, marcando a predominância estratégica dessa nova fase de recebimento de capitais externos e industrialização, liderada agora pela indústria automobilística, com destaque para a Renault, Nissan, Volkswagen e Audi.

Pode-se dizer que o capital externo foi de grande importância para a industrialização e desenvolvimento econômico do estado do Paraná no período de 1971 a 1993. Seu recebimento somente foi possível devido a um cenário internacional e nacional favorável ao investimento externo, atrelado às Políticas Públicas Estaduais de atração deste capital.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AUGUSTO, M. H. O. Intervencionismo estatal e ideologia desenvolvimentista. São Paulo, Símbolo, 1978.

BAGUETO, Cláudio Roberto. O processo de Industrialização do Paraná até a década de 1970. Londrina: Revista de Geografia, v. 8, n.2 p. 149-160, jul/dez 1999.

BIELSCHOWSKI, R. Transnational corporations and the manufacturing sector in Brazil. Santiago, Chile, 1992.

CARIO, Silvio Antonio Ferraz; ALEXANDRE, Arlete; VOIDILA, Tânia Marta. Investimento Direto Externo na Economia Brasileira nos anos 90: Significado, Alcance e Conseqüências ao Desenvolvimento. Textos de Economia, UFSC, v.7, n.1, p. 103-136.

CASTRO, A. C. As empresas estrangeiras no Brasil (1860-1913). São Paulo: Zahar Editores, 1979.

CHIAPETTI, Rita J. Nogueira. Evolução da ocupação Urbana da Cidade Industrial de Curitiba. Dissertação, Mestrado em Geologia, UFSC. Florianópolis, 1994.

COUTINHO, L. G. A Fragilidade do Brasil em face da Globalização. In: O Brasil e a Economia Global. BAUMANN, R. (org.). Rio de Janeiro: Campus: SOBEET, 1996.

CUNHA, A. M. Estratégias de empresas transnacionais na economia brasileira nos anos 80 e 90. Dissertação de Mestrado. Campinas: Unicamp, Instituto de Economia, 1995.

CUNHA, S.K. O papel das políticas e das instituições no desenvolvimento industrial do Paraná. Revista de Economia, Curitiba: UFPR, nº 19, p. 101-135, 1995.

CURADO, M.L.; CRUZ, M.J.V. Investimento Direto Externo e Industrialização no Brasil. Revista de Economia Contemporânea. Rio de Janeiro, v. 12, n. 3, 2008.

CURADO, M.L.; CRUZ, M.J.V. Investimento Direto Externo no Brasil: uma análise para o período de alta inflação. Revista Economia e Sociedade, Campinas, v. 21, n 2, 2012.

FIGUEIRAS, Luz. História do Plano Real. Ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2ª ed. 2003.

FRANCO, G. A inserção externa e o desenvolvimento. Revista de Economia Política, São Paulo, v. 18, n. 3, jul-set, 1998.

FRITSCH, W.; FRANCO, F. O Investimento Direto Estrangeiro em uma nova estratégia industrial. Revista de Economia Política, São Paulo, v. 9, n. 2, 1989.

GINNARI, Adilson Marques. Globalização, neoliberalismo e abertura economia no Brasil nos anos 90. Pesquisa & Debate. v. 13, n 1(21), p 30-45. São Paulo, Unesp, 2001.

GONÇALVES, R. Estratégias dos oligopólios mundiais nos anos 90 e oportunidades para o Brasil. Nota técnica temática do Bloco: Condicionantes Internacionais da Competitividade. Estudo da Competitividade da Indústria Brasileira, 1993.

IPARDES. Uma política Industrial no Paraná. Boletim de Análise Conjuntural. V. 4, 4-9, Curitiba, Paraná, dez/82-jan83.

LEÃO, Igor Zanoni Constant Carneiro. O Paraná nos Anos Setenta. Coleção Teses 1. IPARDES, CONCITEC, 1989.

LIMA, Candida de F. Deixmann Santos. O Governo Jaime Lerner e o Programa Paraná mais Empregos (1995-2002), Dissertação em Sociologia, UFPR, 2007.

LOURENÇO, Gilmar Mendes. A economia Paranaense em tempos de Globalização. Curitiba, Ed. do Autor, 2003.

MAGALHÃES FILHO, Francisco de Borja Baptista de. Da construção ao desmanche, análise do projeto de desenvolvimento paranaense. Editora UFPR, Curitiba, 2011.

MATTOS, L.B.; CASSUCE, F.C.C.; CAMPOS, A.C. Determinantes dos Investimentos Diretos Externos no Brasil, 1980-94. Revista de Economia Contemporânea, Rio de Janeiro, v. 11, jan/abr, 2007.

MOREIRA, Mauricio Mesquita; CORREIA, Paulo Guilherme. Abertura comercial e indústria: o que se pode esperar e o que se vem obtendo. Revista de Economia Política, vol 17. n. 2 (66), abril-junho. 1997.

NONNENBERG, Marcelo José Braga. Determinantes dos Investimentos Externos e Impactos das Empresas Multinacionais no Brasil - As décadas de 70 e 90. Texto para discussão IPEA, 969. Rio de Janeiro, 2003.

PADIS, Pedro Calil. Formação de uma Economia Periférica: O caso do Paraná. Curitiba, IparDES, 2ª ed., 1981.

POSSAS, M.L. Multinacionais e industrialização no Brasil. In: BELLUZO, L.G.M.; COUTINHO, R. Desenvolvimento capitalista no Brasil: ensaios sobre a crise. 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 1983.

REZENDE, Fernando. Planejamento no Brasil: auge, declínio e caminhos para a reconstrução. CEPAL, Escritório no Brasil, 2010.

ROLIM, Cássio Frederico Camargo. O Paraná urbano e o Paraná do abrobusiness: as dificuldades para a formulação de um projeto político. Revista Paranaense de Desenvolvimento, set/dez, 1995.

SARTI, Fernando; LAPLANE, F. Mariano. Investimento direto Estrangeiro e a retomada do crescimento sustentado nos anos 90. Economia e Sociedade, Campinas V. 8 junho 1997.

SILVA, Luciana Acioly da. Tendências dos Fluxos Globais de Investimento Direto Externo. Texto para Discussão IPEA, 1192, Brasília junho 2006.

SUZIGAN, W e SZMRECSÁNYI, T. Os investimentos estrangeiros no início do processo de industrialização no Brasil. Texto para discussão, IE/Unicamp, n. 33, 1994.

SUZIGAN, WILSON. A indústria brasileira após uma década de estagnação: questões para política industrial. Revista Economia e Sociedade, nº 1, 1992.

UNCTAD - United Nations Conference on Trade And Development <http://unctadstat.unctad.org/TableViewer/tableView.aspx?ReportId=88>, 11/04/2014.